

## Principais Atividades Relatório Diretoria para Assuntos Legislativos - Biênio 2015-2016

### Matérias apresentadas

PL 2882/2015 – Deputado Laudívio Carvalho (SD/MG) - Altera a Lei nº 10.406, de 2002. Possibilita o registro de nascimento de recém nascidos por maiores de 16 anos, independentemente da assistência de seus representantes legais.

**Situação:** Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), deputado Rôney Nemer (PP/DF)

PL 404/2015 – Deputada Luiza Erundina (PSOL/SP) - Acrescenta artigos à Lei 12.594 de 18 de Janeiro de 2012, Sistema de Atendimento Socioeducativo (Sinase) para dispor sobre a revista pessoal. Trata da revista pessoal de visitante a adolescente internado para cumprimento de medida socioeducativa.

**Situação:** Pronta para Pauta na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), aguardando deliberação do parecer contrário do relator, deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS). A matéria está apensada ao PL 3832/2015, que tem parecer favorável.

PLS 621/2015 – Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) - Altera o art. 3º da Lei n.º 12.986/2014, que transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, para acrescentar como membros do CNDH um representante da Defensoria Pública dos Estados e um da Associação Nacional dos Defensores Públicos.

**Situação:** Pronta para Pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando deliberação do parecer favorável do relator, senador Paulo Paim (PT/RS).

PLS 451/2015 (PL 3832/2015) – Senador Eduardo Amorim (PSC/SE) - Acrescenta artigos à Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, para dispor sobre a revista pessoal nas unidades de internação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

**Situação:** Pronta para Pauta na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), aguardando deliberação do parecer favorável do relator, deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS).

#### Projetos aprovados com ajuda/articulação da ANADEP

PLS 451/2015 (PL 3832/2015) – Projeto de autoria da ANADEP, a matéria foi aprovada em 5 meses pelo Senado Federal. A ANADEP articulou a apresentação da matéria junto ao Senador Eduardo Amorim e articulou a designação da relatora, senadora Ana Amélia (PP/RS), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Agora a matéria está na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), sob relatoria do deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), também por articulação da ANADEP.

**Situação:** Pronta para Pauta na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), aguardando deliberação do parecer favorável do relator, deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS).

PLS 554/2011 – Audiência de Custódia – A matéria encontrava-se parada na CCJ do Senado. Após articulação da ANADEP, de organizações da sociedade civil e do STF (inclusive parte do texto aprovado foi por sugestão da ANADEP), a matéria saiu da comissão e foi aprovada pelo Plenário do Senado Federal. Quando se teve notícia que a relatora em Plenário, senadora Simone Tebet (PMDB/MS), iria mudar o texto propondo retrocessos, como aumento do prazo e a possibilidade de realização de videoconferência, a ANADEP atuou para tentar impedir que o texto passasse. Assim, promoveu mobilização no Senado, conversou com senadores e com a própria relatora para tentar mudar o posicionamento. Infelizmente, por conta da posição favorável a Ministra Carmem Lúcia em relação aos pontos, o projeto passou com os retrocessos. Agora, o trabalho já está sendo preparado na Câmara, junto à Comissão Especial que analisa o Novo CPP, que deverá analisar o projeto (emenda já sugerida ao PL 8045/2010).

**Situação:** A matéria será remetida à Câmara dos Deputados.

Relatório da CPI do Sistema Carcerário na Câmara dos Deputados – A ANADEP atuou junto à CPI, sobretudo em parceria com a deputada Carmen Zanotto (PPS/SC), para viabilizar pautas de direitos humanos e melhoria das condições dos apenados, bem como da atuação da Defensoria Pública. Assim, a CPI indicou, como prioridade para melhoria do sistema carcerário, a derrubada do Veto ao PLP 114, a aprovação dos projetos de Lei que tratam do fim da revista vexatória, tanto nos presídios quanto no SINASE, e a efetiva implementação da EC 80.

**Situação:** O parecer foi aprovado e foi desmembrado em diversas ações. Sendo propostos projetos de lei, ações para o Executivo e sugestões de ações.

PEC 443/2009 – Parâmetros de Remuneração – Com atuação da ANADEP, após deliberação em AGE, a Câmara dos Deputados aprovou o 1º turno da PEC 443/2009. O texto contempla, além dos defensores públicos, os advogados públicos federais e estaduais, e delegados de polícia.

**Situação:** Aguardando deliberação em segundo turno, no Plenário da Câmara dos Deputados.

PLC 30/2007 – Porte de Arma – A ANADEP ajudou na aprovação da matéria na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado. Também foi trabalhado a manutenção do texto original da matéria que contempla os defensores públicos, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O relator, senador Hélio José (PMDB/DF), apresentou parecer que contempla a Defensoria. Durante a análise na CRE, o relator chegou a apresentar um parecer que retirava os defensores públicos. Todavia, com a atuação da ANADEP, conseguiu-se demover o senador e fazê-lo alterar seu voto para contemplar a defensoria, tal como no texto original.

**Situação:** Pronta para Pauta na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), aguardando deliberação do parecer favorável do relator, senador Hélio José (PMDB/DF).

Projetos que contaram com o trabalho (favorável ou contrário) da ANADEP

PL 7764/2014 – Revista Vexatória nos Presídios – A ANADEP participou de audiência pública para instruir o projeto, apresentou nota técnica favorável à aprovação do PL e também se reuniu com o relator na CSPCCO, deputado João Campos (PRB/GO), e com entidades da sociedade civil.

**Situação:** Aguardando parecer do relator na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), deputado João Campos (PRB/GO).

PL 3792/2015 – Garantias de Crianças e Adolescentes - A ANADEP, por meio da sua Comissão da Infância, já apresentou textos e estudos que estão embasando o trabalho da relatora, deputada Laura Carneiro (PMDB/RJ).

**Situação:** A matéria está em regime de Urgência. Aguarda deliberação do Plenário da Câmara dos Deputados.

PL 7553/2014 – Divulgação de Imagem de Menores Infratores – A ANADEP já apresentou nota contrária à matéria e tem trabalhado pela rejeição do projeto.

**Situação:** Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).

PLP 234/2016 – Mudança nos critérios de Hipossuficiência – Projeto danoso à atuação da Defensoria Pública, a ANADEP atuou rapidamente e conseguiu articular designação de relator alinhado com a Defensoria, o deputado Lincoln Portela (PRB/MG), para rejeitar o PLP.

**Situação:** Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), deputado Lincoln Portela (PRB/MG).

PEC 33/2011 – Redução da Maioridade Penal – Juntamente com entidades da sociedade civil, a ANADEP conseguiu barrar a tramitação da PEC no Senado. A ANADEP também participou de audiência pública para instruir a matéria, e se posicionou contrário, através de nota técnica. Até o momento, a PEC está parada na CCJ do Senado.

**Situação:** Pronta para Pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando deliberação do substitutivo do relator, senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES).

PEC 62/2015 – Vedação de Vinculação Remuneratória – A ANADEP trabalhou para inclusão da Defensoria nos mesmos termos da Magistratura e Ministério Público, através de emenda. Com a sua atuação, a Defensoria foi excepcionada, pelo relator, senador Vicentinho Alves (PR/TO), da vedação de vinculação remuneratória.

**Situação:** A matéria deverá ser deliberada diretamente no Plenário do Senado Federal, ficando dispensada a análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

PL 3722/2012 – Estatuto do Desarmamento – Com o trabalho da ANADEP junto ao relator na Comissão Especial, deputado Laudívio Carvalho (SD/MG), a Defensoria foi incluída no texto, que prevê o porte de arma para os defensores, nos mesmos termos das demais funções essenciais à justiça.

**Situação:** Aguardando deliberação do Plenário da Câmara dos Deputados.

PL 118/2011 – Assistência Jurídica Gratuita – A ANADEP trabalhou junto ao relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB/MA), para apresentação de um parecer que atendesse a Defensoria. A ANADEP trabalhou para evitar qualquer retrocesso na concessão de assistência jurídica gratuita, impedindo que pudesse haver algum tipo de previsão de critérios que inviabilizasse a prestação da assistência jurídica, o que foi contemplado pelo relator.

**Situação:** A matéria foi arquivada por ter sido rejeitada na CCJC.

PL 5900/2016 – Critérios para Concessão de Assistência Jurídica Gratuita – A ANADEP trabalhou para designar um relator afinado com os interesses da Defensoria. Assim, conseguiu fazer como relator o deputado Afonso Motta (PDT/RS). A defesa da ANADEP é pela rejeição do projeto, por vício de iniciativa e, no mérito, pelo retrocesso na concessão da assistência, uma vez que estabelecer como critério unicamente a participação em programas sociais, feriria o direito humano ao acesso a justiça, retirando situações de vulnerabilidade de pessoas que não estão incluídas em programas

sociais. A ANADEP entregou nota técnica ao relator para ajudar na confecção do relatório.

**Situação:** Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), deputado Afonso Motta (PDT/RS).

PL 6128/2009 (PLC 18/2015) – Mandato de Injunção Individual e Coletivo – Com a atuação da ANADEP, foi possível a inclusão da Defensoria como autora legítima dos mandados de injunção individuais e coletivos. A inclusão se deu no Senado Federal, com uma atuação forte junto ao relator, senador Eunício Oliveira (PMDB/CE), e apresentação de nota técnica.

**Situação:** Matéria sancionada e transformada na Lei 13.300, de 23 de junho de 2016.

#### Projetos que foi trabalhado minimização de danos

PLP 257/2016 (PLC 54/2016) – Renegociação das Dívidas dos Estados – O projeto original se mostrava danoso aos servidores dos estados. Com a atuação da ANADEP na Câmara, foi possível retirar todos os dispositivos que previam o congelamento salarial, aumento da contribuição previdenciária e demissão dos servidores. Agora, a ANADEP trabalha no Senado Federal para alterar o texto do senador Armando Monteiro (PTB/PE), que prevê uma série de contrapartidas para os estados, como a vedação de contratação de novos servidores, aumento da contribuição previdenciária, mudança no regime jurídico dos servidores, bem como altera a LRF para prever a inclusão, nos gastos com pessoal, de terceirizados, pensionistas e aposentados.

**Situação:** Pronta para Pauta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aguardando deliberação do substitutivo do relator, senador Armando Monteiro (PTB/PE). A perspectiva é que a matéria deverá ser deliberada rapidamente no Plenário do Senado Federal.

PL 3123/2015 – Teto Constitucional – O projeto prevê o abatimento no teto de diversas gratificações importantes para o funcionamento da Defensoria. Com a atuação da ANADEP, juntamente com as outras carreiras jurídicas, em reunião com os líderes e

com o então relator da matéria, deputado Ricardo Barros (PP/PR), foi possível travar a votação do projeto, dando tempo para novas negociações.

**Situação:** Aguardando deliberação do Plenário da Câmara dos Deputados.

PEC 241/2016 (PEC 55/2016) – Teto de Gastos – A ANADEP apresentou emenda à PEC 241/2016 e trabalhou para assegurar que as Defensorias dos estados ficassem de fora do texto. A PEC não estendeu seus efeitos aos estados, mas a ANADEP mantém as atenções à PEC para qualquer mudança no texto.

**Situação:** Aguardando deliberação, em segundo turno, no Plenário do Senado Federal.

### **Notas Técnicas Apresentadas - 2015/2016**

- 1- PL 5002/2013 (Comissão de Diversidade Sexual);
- 2- PEC 33/2012 (Comissão da Infância);
- 3- Subscritora de Nota de Repúdio de diversas entidades de direitos humanos à PEC 33/2012;
- 4- Nota de apoio à concessão de indulto e de comutação do ano de 2015;
- 5- PLS 451/2015 (Comissão da Infância);
- 6- PL 6583/2013 (Comissão de Diversidade Sexual);
- 7- PL 6583/2013 (Comissão de Direito de Família);
- 8- PL 373/2015 (Comissão de Direito Penal);
- 9- PL 3123/2015;
- 10- PL 5124/2016 (Anadep em conjunto com Núcleo de Direitos Humanos da DPE/RJ);
- 11- PLC 2882/2015 (Comissão da Infância);
- 12- PLC 18/2015 (Lei 13.300/2016);
- 13- PLS 50/2012;
- 14- PLS 402/2015 (Comissão de Direito Penal);
- 15- PLS 513/2011;
- 16- PL 4120/2012;
- 17- PL 404/2015 (Comissão da Infância);
- 18- PL 5876/2013 (Comissão da Infância);

- 19- PL 2729/ 2015 (Comissão da Infância);
- 20- PL 7542/2010 (Anadep em conjunto com o Núcleo de Habitação e Urbanismo da DPE/SP);
- 21- PL 5069/2013 (Comissão dos Direitos da Mulher);
- 22- PLC 101/2015 (PL 2016/2015);
- 23- PL 2694/2015;
- 24- PL 238/2015.